



INFORME-SE



ÁREA PARA ASSUNTOS FISCAIS E DE EMPREGO – AFE

Nº 51 – JANEIRO DE 2003

Demografia de Firmas na Região Sudeste

O objetivo deste Informe-se é fornecer um quadro da dinâmica recente de criação e sobrevivência das firmas formais na região Sudeste no período de 1995 a 2000, por porte e por estado. Observou-se o crescimento da participação de firmas de menor porte no período, resultante da expressiva natalidade das firmas menores e da forte redução de porte observada em médias e grandes unidades. Verificou-se também significativa elevação das taxas de natalidade em 1997, possivelmente devido à instituição do Simples em dezembro de 1996, que estimulou a formalização de pequenos negócios. Nos estados, percebeu-se um crescimento na participação do Espírito Santo e de Minas Gerais no total de firmas em atividade na região. Minas se revelou um mercado com altas taxas de natalidade e mortalidade de firmas, enquanto no Rio de Janeiro essas taxas foram as menores da região.

1 – Introdução

Este Informe-se é o desdobramento, para a região Sudeste, do estudo de sobrevivência das firmas brasileiras publicado no Informe-se 50, de janeiro de 2003. Faz parte de um conjunto cujo objetivo central é descrever os padrões de nascimento, mudança de porte e fechamento das firmas nas regiões, no período de 1995 a 2000, com detalhamento por estado.

Os procedimentos metodológicos foram os mesmos adotados no Informe-se inicial da série e são descritos na próxima seção. As Seções 3 e 4 apresentam os resultados por porte e detalhados por estado, respectivamente. A Seção 5 contém uma rápida análise das taxas de natalidade e mortalidade das firmas em cada estado. Finalmente a Seção 6 apresenta as conclusões do estudo.

2 – Metodologia¹

Os dados deste estudo foram obtidos a partir do Cadastro de Estabelecimentos Empre-

gadores (CEE) do Ministério do Trabalho e Emprego, de agosto de 2002, que toma por base a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um questionário respondido anualmente, em caráter compulsório, pelas firmas do mercado formal. O questionário contém informações sobre os trabalhadores de cada estabelecimento em 31 de dezembro de cada ano.

A unidade de contagem utilizada foi o estabelecimento (ou firma) e não a empresa. Um estabelecimento é caracterizado por um endereço postal. Assim, uma mesma empresa pode ter vários estabelecimentos. A principal vantagem desse procedimento é a possibilidade de realizar análises regionais. Em contrapartida, um pequeno viés é introduzido, na medida em que um conjunto de micros e pequenos estabelecimentos se constitui de filiais de empresas de grande porte. Adicionalmente, empresas que realizam obras em diferentes estados e contratam mão-de-obra temporária utilizam extensões do mesmo CNPJ, que são consideradas, neste estudo, como firmas distintas da matriz. Simulações para o ano de 1996 demonstraram que, caso esses dois grupos de firmas fossem retirados

¹ Esse tópico foi reproduzido do Informe-se 50 para o leitor que ainda não o tenha lido.

do estudo, a alteração da taxa de mortalidade seria pouco significativa.

Neste *Informe-se* somente entrarão na análise firmas empregadoras, ou seja, aquelas que empregaram ao menos um trabalhador ao longo do ano, mesmo que na época da RAIS não contassem com nenhum empregado.² O porte do estabelecimento foi definido em função do número de trabalhadores formais declarados na RAIS, conforme detalhado a seguir:

- **microestabelecimentos** – foram divididos em três subgrupos, em função das diferenças observadas nas taxas de natalidade, crescimento e mortalidade:
 - **tipo 1** – sem empregados em dezembro;
 - **tipo 2** – de 1 a 4 empregados;
 - **tipo 3** – de 5 a 19 empregados;
- **pequeno porte** – de 20 a 99 empregados;
- **médio porte** – de 100 a 499 empregados; e
- **grande porte** – acima de 500 empregados.

O presente estudo cobre o período de 1992 a 2000. Entretanto, devido a alterações na classificação econômica dos empreendimentos a partir de 1995, optou-se por tomar esse como ano base da análise. O ano de 2000 é o último para o qual há informações disponíveis. Os eventos observáveis, que serão objeto de estatísticas, foram:

- variáveis de estoque: **número de firmas ao final de cada ano;**
- variáveis de fluxo: **nascimento, mudança de porte e morte de firmas.**

O **nascimento** de um estabelecimento em um determinado ano é caracterizado pela resposta à RAIS nesse ano e, necessariamente, pela inexistência de respostas em todos os anos anteriores em que se dispõe de informações. Por exemplo, um nascimento em 1996 é contabilizado se a firma respondeu à RAIS de 1996 e não respondeu em 1992, 1993, 1994 e 1995.

² No ano de 2000, havia 2,9 milhões de firmas não empregadoras no Brasil. Esse universo não foi considerado no estudo devido à ausência de dados para o período anterior a 1998.

A **morte** de uma unidade é contabilizada em um determinado ano se há resposta à RAIS dessa firma no ano anterior e não há nenhuma resposta no ano em análise e nos posteriores.

Movimentos de contratações e desligamentos de trabalhadores, que alterem a classificação por porte, são contabilizadas em **mudança de porte**. Tais mudanças decorrem de variações na quantidade de empregados em unidades ativas classificadas anteriormente em outra categoria. Por exemplo, o aumento no número de firmas pequenas que sobreviveram entre dois anos consecutivos pode ser resultante de dois movimentos: microfirms que contrataram trabalhadores e passaram a ser classificadas em um porte superior e/ou firmas de médio e grande porte que reduziram seus quadros e passaram a ser enquadradas em um porte menor. Um valor positivo de mudança de porte revela que a quantidade de firmas de outros portes que ingressou em um determinado segmento superou o número de firmas desse segmento que migrou para outras classificações de porte entre dois anos consecutivos. Como os movimentos de mudança de porte se compensam, o valor líquido total de mudança de porte é nulo ao longo de um mesmo ano.

A análise do CEE mostrou que, apesar da obrigatoriedade, firmas deixam de responder à RAIS em determinados anos e voltam a reportá-la em anos posteriores. A cada omissão corresponderia, portanto, uma morte e um nascimento inexistentes. Observou-se um nível médio de omissões em torno de 5% em cada RAIS, principalmente concentradas nas microfirms com até quatro empregados. A metodologia adotada neste estudo procurou compensar as omissões nas RAIS do período estudado, de forma a que os resultados apresentados refletissem do modo mais preciso possível o mercado formal de firmas empregadoras no período de 1995 a 2000.

3 – Análise por Porte

Ao final de 2000, a região Sudeste contava com 1,3 milhão de firmas empregadoras, o que representava 54% do total do país.³ A

³ Em seguida, estavam a região Sul, com uma participação de 22%, a Nordeste com 13%, a Centro-Oeste com 8% e a Norte com 3%.

grande maioria (92,9%) possuía menos de 20 empregados (microestabelecimentos), enquanto as pequenas respondiam por 5,8% do número de firmas empregadoras, as médias representavam 1,1% e as grandes apenas 0,2%, padrão semelhante ao observado no total do país (vide *Informe-se 50*). Entre 1995 e 2000, o número de firmas na região Sudeste aumentou em 200,3 mil unidades. As firmas de menor porte foram as responsáveis por esse movimento; as de médio porte tiveram seu número reduzido no período em 141 unidades; e o número de grandes cresceu apenas em quatro unidades.

A Tabela 1 mostra a evolução do número de firmas na região Sudeste entre 1995 e 2000, com dados desagregados por porte. Também estão incluídas na tabela informações sobre o número de unidades que mudaram de tamanho no período.

Dentre os resultados obtidos, pode-se destacar:

- Em média, nasceram 161 mil firmas anualmente, das quais 70% eram micro-firmas tipo 2 (com 1 a 4 empregados).
- O número médio anual de mortes foi de 121 mil unidades, concentradas nas microfirms sem empregados (67%).
- Em relação às unidades que continuaram em atividade em anos consecutivos, os valores de mudança de porte foram negativos, entre 1995 e 1999, em todos os portes, à exceção de firmas sem empregados. Apenas em 2000 essa tendência foi interrompida, quando os valores de mudança de porte foram positivos para pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

Desses movimentos resultou um crescimento consistente do número de microfirms dos tipos 2 e 3 e uma redução no número de médias e grandes unidades.

Tabela 1
Evolução do Número de Firms na Região Sudeste – 1995/2000

	Micro			Pequena (20-99)	Média (100-499)	Grande (500 +)	Total
	(0 empregado)	(1-4)	(5-19)				
Nº de Firms em 1995	129.500	621.321	235.471	67.042	14.539	2.706	1.070.579
Natalidade em 1996	21.823	103.435	19.265	3.777	502	72	148.875
Mortalidade em 1996	73.203	33.543	7.536	2.048	336	54	116.720
Mudança de porte	61.063	-52.838	-6.571	-1.296	-278	-80	0
Nº de Firms em 1996	139.183	638.375	240.629	67.475	14.428	2.644	1.102.734
Natalidade em 1997	23.216	123.378	23.837	4.294	643	89	175.457
Mortalidade em 1997	78.366	30.168	6.577	1.813	321	56	117.301
Mudança de porte	60.604	-57.218	-1.315	-1.437	-509	-125	0
Nº de Firms em 1997	144.637	674.366	256.574	68.520	14.240	2.552	1.160.890
Natalidade em 1998	21.551	110.334	20.907	3.822	631	119	157.364
Mortalidade em 1998	84.853	33.080	6.973	1.674	388	48	127.016
Mudança de porte	72.032	-63.364	-5.590	-2.403	-583	-92	0
Nº de Firms em 1998	153.367	688.256	264.918	68.266	13.900	2.531	1.191.237
Natalidade em 1999	20.474	109.807	23.079	4.252	668	102	158.383
Mortalidade em 1999	86.405	30.202	6.068	1.472	336	46	124.529
Mudança de porte	78.431	-67.206	-9.288	-1.433	-448	-56	0
Nº de Firms em 1999	165.867	700.655	272.641	69.613	13.784	2.530	1.225.091
Natalidade em 2000	21.451	114.075	23.466	4.855	815	109	164.771
Mortalidade em 2000	83.632	28.088	5.486	1.418	298	46	118.968
Mudança de porte	81.655	-77.041	-5.549	721	97	117	0
Nº de Firms em 2000	185.342	709.601	285.073	73.771	14.398	2.710	1.270.894

Fonte: elaboração própria a partir de dados do CEE/MTE.

Número de Firms em (t) = Número de Firms em (t-1) + Natalidade em (t) - Mortalidade em (t) + Mudança de Porte em (t)

As microfiras de tipo 1 (sem empregados) apresentaram comportamento atípico entre o conjunto de microunidades: como as mortes excederam os nascimentos, o estoque de firmas desse segmento tenderia a se reduzir, o que não ocorreu devido ao expressivo valor positivo de mudança de porte, decorrente de firmas de maior porte que demitiram todos os seus empregados e ingressaram nesse segmento. No *Informe-se 50*, duas hipóteses explicativas para a excessiva mortalidade de firmas sem empregados foram levantadas:

- um indivíduo, com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que abre uma firma por necessidade, e não por enxergar uma oportunidade de negócio, tem alta probabilidade de ser malsucedido;⁴ e
- esse grupo inclui um conjunto de estabelecimentos em processo de extinção, não necessariamente de microestabelecimentos, e que, ao encerrar suas atividades, mantêm um endereço até o fechamento legal da firma.

Nas microfiras de tipos 2 e 3 e nas pequenas, a expressiva natalidade mais que compensou as mortes e as mudanças de porte.

O número de médias e grandes firmas caiu anualmente entre 1995 e 1999, em virtude da forte redução de porte observada nessas unidades, dado que os nascimentos excederam o número de mortes nesses segmentos.

4 – Análise por Estado

A maioria das firmas do Sudeste está localizada em São Paulo. Conforme pode ser verificado no Gráfico 1, o Estado de São Paulo concentrava, em 2000, 53% do total das firmas da região Sudeste, seguido por Minas, com 26%, Rio de Janeiro, com 17%, e Espírito Santo, com apenas 4%.

O Gráfico 2 apresenta as taxas de crescimento do número total de firmas por estado

Gráfico 1 – Participação dos Estados no Total de Firms da Região Sudeste em 2000

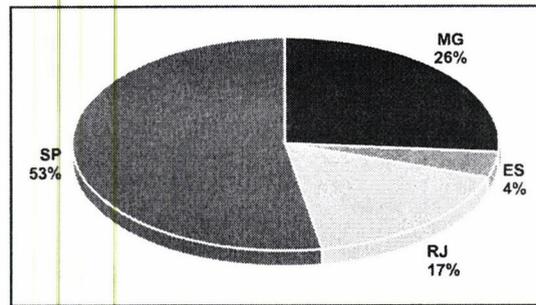
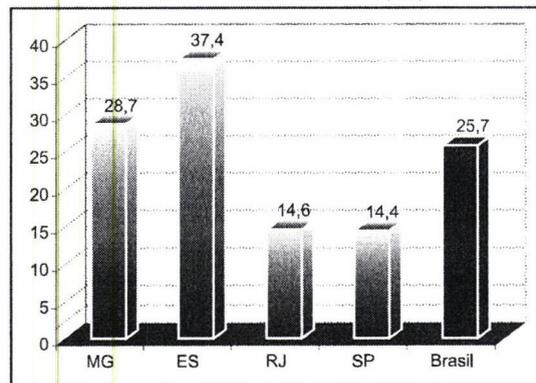


Gráfico 2 – Crescimento no Número de Firms: 1995 a 2000 (%)



do Sudeste e do total do país, entre os anos de 1995 e 2000. Destacaram-se as taxas de crescimento do Espírito Santo (37,4%) e de Minas Gerais (28,7%), que ultrapassaram o crescimento do conjunto do país (25,7%). O crescimento desses dois estados revela um movimento de desconcentração estadual em relação ao eixo São Paulo/Rio de Janeiro, fenômeno correspondente, no nível nacional, ao maior crescimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em detrimento do Sudeste.⁵

A Tabela 2 mostra em detalhe a evolução do número de firmas entre 1995 e 2000, desagregada por estado. Os dados revelam um aumento de 84,3 mil firmas em São Paulo, seguido de perto por Minas, onde esse aumento foi de 74,6 mil firmas no mesmo período. Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentaram menores patamares de crescimento, de 27,3 e 14,0 mil empresas, respectivamente.

⁴ Segundo o *Global Entrepreneurship Monitor de 2002*, há duas motivações básicas para se abrir uma firma: 1) percepção de uma oportunidade de negócio e 2) necessidade de renda. De um estudo englobando 37 países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil aparece na primeira colocação, quando o critério de classificação é a falta de alternativa de renda satisfatória como principal causa do empreendedorismo.

⁵ Entre 1995 e 2000, a região Sudeste cresceu 18,7%, seguida pelas regiões Sul com 26,4%, Nordeste com 42,1%, Centro-Oeste com 45,5% e Norte com 56,5%. Para uma descrição mais detalhada, ver *Informe-se 50*.

Tabela 2
Evolução do Número de Firmas nos Estados da Região Sudeste (em mil)

	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Região SE
Número de Firmas em 1995	259,9	37,5	187,5	585,7	1.070,6
Natalidade em 1996	42,6	6,7	24,9	74,7	148,9
Mortalidade em 1996	29,9	3,8	18,9	64,1	116,7
Número de Firmas em 1996	272,6	40,4	193,4	596,3	1.102,7
Natalidade em 1997	49,3	9,6	26,3	90,3	175,5
Mortalidade em 1997	30,8	4,2	19,2	63,1	117,3
Número de Firmas em 1997	291,1	45,8	200,5	623,5	1.160,9
Natalidade em 1998	48,5	7,0	23,5	78,4	157,4
Mortalidade em 1998	33,2	4,9	20,1	68,8	127,0
Número de Firmas em 1998	306,3	47,9	203,9	633,1	1.191,2
Natalidade em 1999	47,7	6,7	24,2	79,8	158,4
Mortalidade em 1999	34,0	5,2	19,4	65,9	124,5
Número de Firmas em 1999	320,0	49,3	208,7	647,0	1.225,1
Natalidade em 2000	48,1	7,1	25,0	84,6	164,8
Mortalidade em 2000	33,7	4,8	18,9	61,6	119,0
Número de Firmas em 2000	334,5	51,6	214,8	670,0	1.270,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados do CEE/MTE.

Devido às diferentes participações dos estados na região, o menor crescimento no número absoluto de firmas (no Espírito Santo), redundou na maior taxa de crescimento estadual da região, ao passo que em São Paulo ocorreu o inverso (maior crescimento no número absoluto de firmas e menor taxa de crescimento).

5 – Taxas de Natalidade e Mortalidade de Firmas

Uma outra forma de analisar a criação (fechamento) de firmas consiste em calcular as respectivas taxas de natalidade (mortalidade), definidas como a relação entre o número de nascimentos (mortes) de firmas de um determinado porte em determinado ano e o estoque de firmas desse mesmo porte existente ao final do ano anterior. Os Gráficos 3 e 4 mostram, respectivamente, as taxas de natalidade e mortalidade das firmas em cada estado.

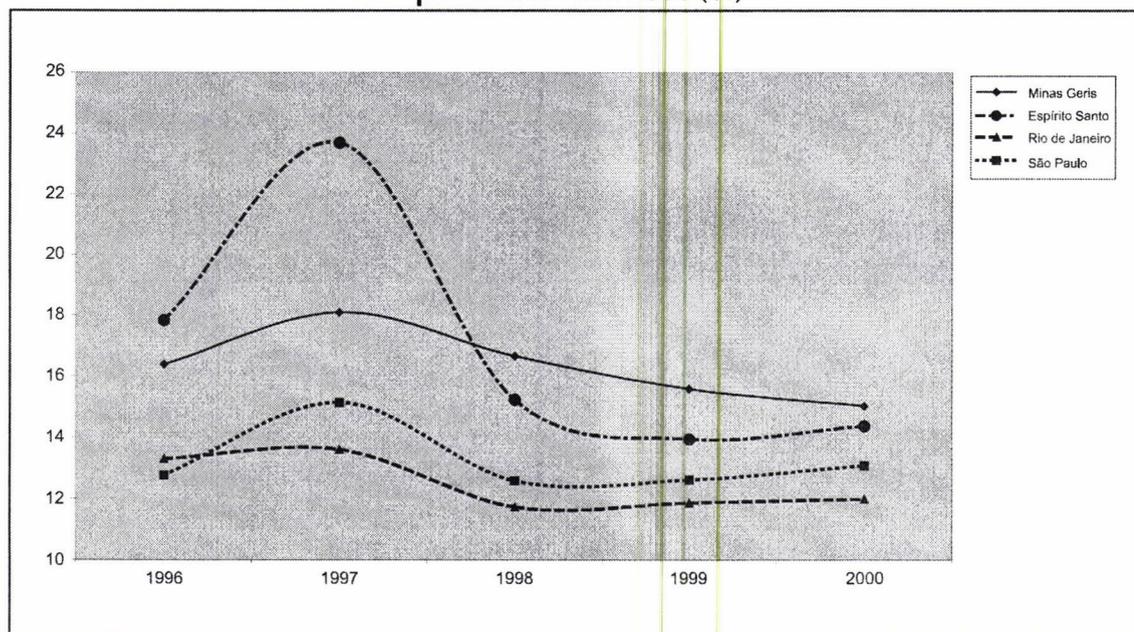
As taxas de natalidade tiveram pequenas variações, à exceção do Estado do Espírito Santo em 1997, que apresentou um expressivo crescimento. Como já observado no *Informe-se 50*, houve uma “bolha” de nascimentos de microfirms em 1997, possivelmente

em função da formalização de micronegócios, incentivada pela instituição do Simples em dezembro de 1996. Como se observa no Gráfico 3, esse fenômeno foi mais forte no Espírito Santo.

Importante observar o comportamento dos estados intermediários (Minas Gerais e Rio de Janeiro) quanto ao número de firmas que ocupam posições extremas em termos de natalidade: enquanto Minas apresentava a maior taxa da região a partir de 1998, o Estado do Rio de Janeiro teve a menor natalidade em todos os anos.

Quanto à taxa de mortalidade, observa-se a mesma disparidade: Minas e Rio de Janeiro apresentaram, respectivamente, a maior e a menor taxa de mortalidade da região. Esses números refletem os diferentes perfis demográficos das firmas desses dois estados: enquanto o Rio de Janeiro apresentava maior estabilidade, Minas parecia ser um mercado mais volátil, com alta taxa de renovação das firmas. No conjunto da região, percebe-se uma tendência de redução da mortalidade a partir de 1998, à exceção do Espírito Santo, onde só houve queda de mortalidade em 2000.

Gráfico 3 – Taxas de Natalidade de Firms na Região Sudeste, por Estado: 1995-2000 (%)



O Gráfico 5 mostra a comparação entre as taxas de natalidade, mortalidade, variação líquida (taxa de nascimentos líquidos) e variação do PIB da região Sudeste. Observa-se que, embora individualmente as taxas de na-

talidade e mortalidade não sejam sensíveis a variações do PIB regional, a taxa de variação do estoque de firms (taxa de variação líquida) é positivamente correlacionada com as variações do PIB.

Gráfico 4 – Taxas de Mortalidade de Firms na Região Sudeste, por Estado: 1995-2000 (%)

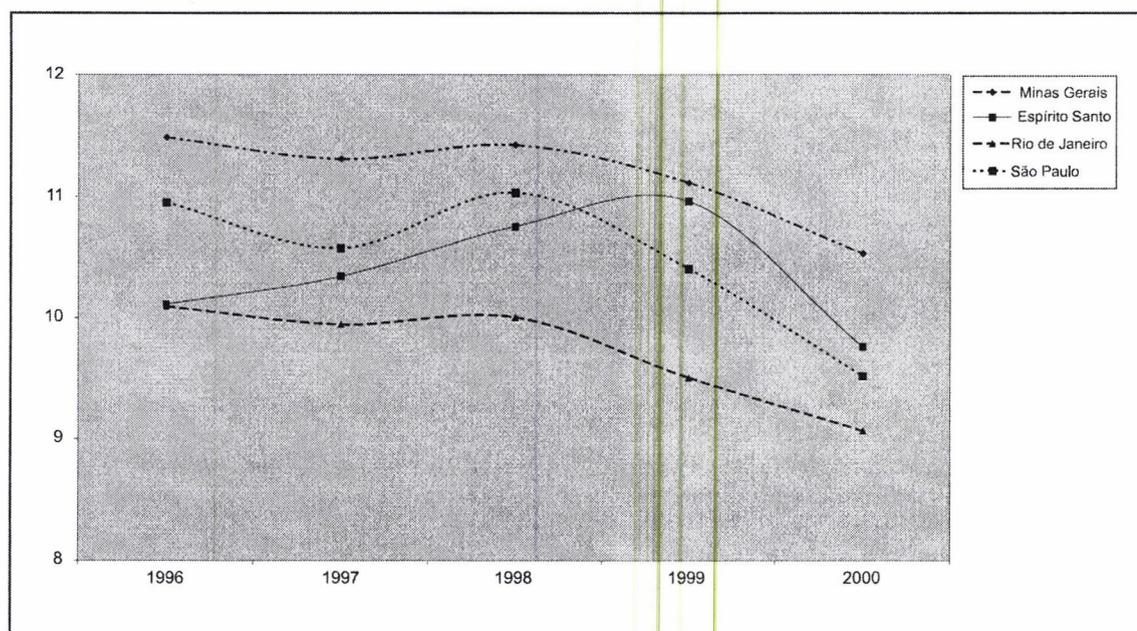
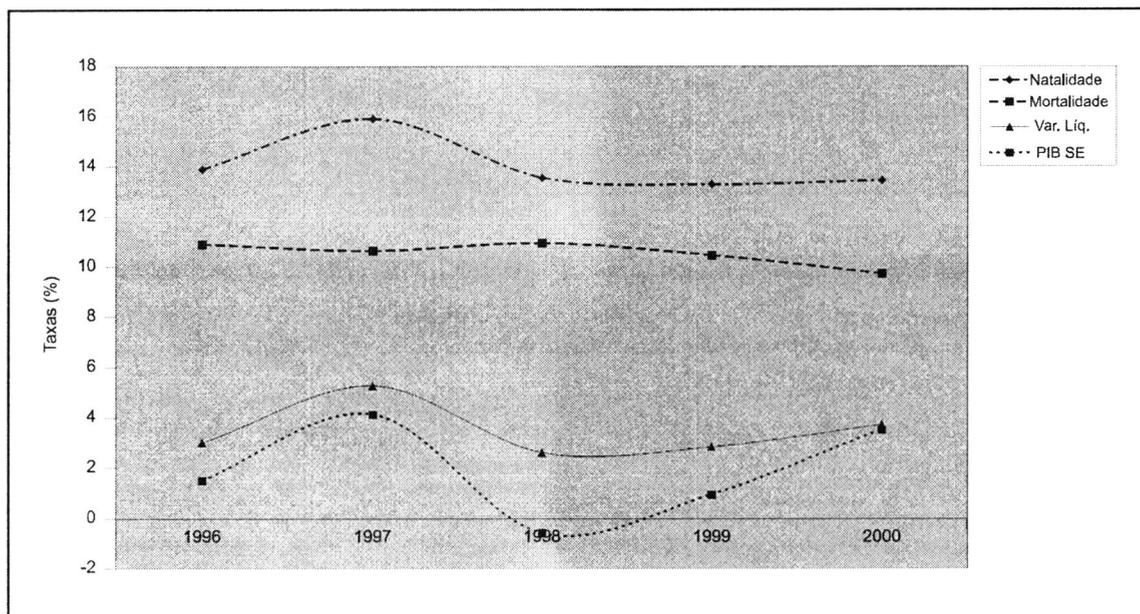


Gráfico 5 – Comparação entre Taxas Demográficas e PIB



5 – Conclusões

Do exposto, destacam-se para a região Sudeste as seguintes conclusões sobre o período 1995-2000:

- ❖ Observou-se crescimento da participação de firmas de menor porte no período. Esse movimento foi resultante da expressiva natalidade das firmas menores e da forte redução de porte observada em médias e grandes unidades.
- ❖ Em 2000, a maioria das firmas do Sudeste estava localizada em São Paulo, que concentrava 53% do total das firmas da região Sudeste, seguido por Minas, com 26%, Rio de Janeiro, com 17%, e Espírito Santo, com apenas 4%.
- ❖ As taxas de crescimento do número de firmas revelam um movimento de desconcentração estadual em relação ao eixo São Paulo/Rio de Janeiro: Espírito Santo (37,4%) e Minas Gerais (28,7%) ultrapassaram o crescimento do conjunto do país (25,7%), enquanto São Paulo e Rio de Janeiro cresceram 14,4% e 14,6%, respectivamente.
- ❖ As taxas de natalidade nos estados demonstraram-se estáveis, à exceção de uma “bolha” de nascimentos em 1997, observada mais fortemente no Espírito Santo.
- ❖ As taxas de mortalidade demonstraram tendência de queda a partir de 1998, a não ser no Espírito Santo, onde a taxa só caiu em 2000.
- ❖ O Estado do Rio de Janeiro demonstrou possuir as menores taxas de natalidade e mortalidade das firmas, em contraste com Minas Gerais, cujas respectivas taxas são as mais elevadas da região.

INFORME-SE / BNDES

- 50 – Firmas e Empregos: Demografia das Firmas Brasileiras – Sheila Najberg, Fernando Pimentel Puga e Roberto de Oliveira Pereira
- 49 – Responsabilidade Fiscal – Municípios: Os Bons Resultados Orçamentários se Repetem em 2001 – Ricardo Figueiró, Erika Araujo, Ricardo Montes de Moraes e Sérgio Guimarães
- 48 – Educação – Desempenho educacional no Brasil: O que nos diz a PNAD-2001 – Sérgio Guimarães Ferreira e Ricardo Montes de Moraes
- 47 – Dívida Estadual – Uma avaliação sobre o limite do Senado Federal para a dívida pública estadual – Ricardo Figueiró Silveira. Colaboraram Roberto de Oliveira Pereira, Beny Palatnik e Felipe Silveira Marques
- 46 – Emprego – Análise da sobrevivência das firmas brasileiras – Sheila Najberg, Fernando Pimentel Puga, do BNDES, e Paulo André de Souza de Oliveira consultor em estatística da Datamec/Unisys
- 45 – Poupança Pública – Vale em Ação: Perfil dos Compradores com Recursos do FGTS – Sheila Najberg, Gerente Executiva do BNDES, e Paulo André de Souza de Oliveira consultor em estatística da DATAMEC/UNISYS)
- 44 – Responsabilidade Fiscal – O Comportamento das Despesas Estaduais com Pessoal após a Lei de Responsabilidade Fiscal – Ricardo Figueiró Silveira e Rafael C. Jordão
- 43 – Microcrédito – Avaliação da Eficiência de Instituições Microfinanceiras – Roberto de Oliveira Pereira
 ➤ (English Version – Microcredit – Evaluating the efficiency of microfinancial institutions)
- 42 – Emprego – Participação dos empregos do setor público no mercado de trabalho – Sheila Najberg, Ricardo Montes de Moraes, do BNDES, e Marcelo Ikeda
- 41 – Educação Infantil – Desempenho Educacional no Brasil: onde estamos? – Sergio G. Ferreira
- 40 – Tributação – Carga Tributária Global: Estimativa para 2001 – José Roberto Afonso, Ricardo Figueiró Silveira e Erika Araujo
- 39 – Governo Eletrônico – Compras Governamentais Eletrônicas no Brasil: como funcionam os principais sistemas em operação – Andréa C. Gomes Fernandes
- 38 – Federalismo Fiscal – Municípios: Despesa com Saúde e Transferências Federais – Sergio G. Ferreira. Apoio de Pesquisa: Ricardo Montes de Moraes)
 ➤ Veja planilhas com o ranking municipal das despesas com saúde e saneamento.
- 37 – Finanças Públicas – Tratamento das Empresas Estatais na Apuração do Resultado e das Dívidas Públicas – Beny Palatnik e Ricardo Figueiró Silveira
- 36 – Emprego – A crescente participação das micro firmas no total de estabelecimentos e no emprego – Sheila Najberg, Ricardo Montes, do BNDES, e Marcelo Ikeda
- 35 – Governo Eletrônico – Compras Governamentais pela Internet: vantagens e desafios – Andréa C. Gomes Fernandes
- 34 – Governo Eletrônico – Compras Eletrônicas (B2B E B2G/G2B): alguns conceitos básicos e exemplos – Andréa C. Gomes Fernandes
- 33 – Responsabilidade Fiscal – Municípios: Os Bons Resultados Orçamentários de 2000 – Sergio G. Ferreira e Erika Araujo
 ➤ Estão disponíveis planilhas eletrônicas contendo dados correspondentes a 4215 municípios, e quadros contendo análises estatísticas.
- 32 – Emprego – Criação e Fechamento das Firmas Brasileiras: Uma Análise por Porte – Sheila Najberg, Fernando Pimentel Puga, economistas do BNDES e Marcelo Ikeda
- 31 – Emprego – Setores Intensivos em Mão-de-Obra: Uma atualização do Modelo de Geração de Emprego do BNDES – Sheila Najberg e Marcelo Ikeda
 ➤ Veja também: Uma atualização do Modelo de Geração de Emprego do BNDES com base nas Contas Nacionais de 2000
- 30 – Responsabilidade Fiscal – Controle de Déficit e de Dívida na União Européia: reflexões para a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal – Beny Palatnik e Ricardo Figueiró Silveira